

Pacote do médico sai semana que vem

Um pacote na área da assistência médico-hospitalar será anunciado na próxima semana pelo ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães. Na oportunidade, o ministro assinará portaria reajustando em 20% os serviços médicos e em 35% do valor da tabela da Associação Médica Brasileira dos honorários profissionais, elevando os gastos do Inamps em cerca de Cz\$ 2,7 bilhões.

Do pacote fará parte assinatura do novo contrato-padrão para prestação de serviços pela rede hospitalar privada; do anteprojeto de lei criando o plano de carreira previdenciária; da contratação em caráter excepcional de mais 12 mil e 400 profissionais de saúde entre 86/87, dos quais 2 mil são médicos, e da transformação dos Boletins de Pronto Atendimento (BAU) em Pronto Atendimento Ambulatorial, passando a vigorar o pagamento por porte de procedimentos médico-hospitalares com vistas a reduzir as elevadas fraudes no setor.

O secretário de Medicina Social do Inamps, José Noronha, disse que os honorários dos profissionais de saúde variam atualmente entre 16 a 25% da tabela da AMB, valor que será padronizado em 35% para todas as especialidades. Dos 12.400 novos contratados para o Inamps

metade será efetivada este ano para redistribuição aos Postos de Assistência Médica — PAMS — dos diversos estados, menos para o Rio de Janeiro, onde há excesso de médicos.

Ao todo são nove os postos de procedimentos médico-hospitalares que serão adotados nos atendimentos de urgência para pagamento pelo Inamps. Isto, segundo Noronha, evitará as constantes glosas e reduzirá o índice de fraudes nos BAUs, que é muito elevado, principalmente em São Paulo, onde se concentra a maioria desses atendimentos realizados nos pronto-socorros anexos aos grandes hospitais privados, por falta de uma rede pública no Estado. Ao dar entrada num desses BAUs de maior movimento o paciente será fichado por um computador para checagem posterior ao tratamento realizado.

O Inamps também deverá extinguir os Convênios-Empresas para atendimento médico-hospitalar, cujos valores estão congelados desde 1982, quando um grupo de trabalho, instalado no instituto para analisar este tipo de atendimento, apontou uma série de irregularidades e deformações neste tipo de assistência médica, propondo o cancelamento dos convênios.